

CONJUNTURA

ECONOMIA

Desemprego começa a preocupar o governo

Crescimento econômico em xeque

TATIANA LAGÓIA

Com o esgotamento da política de estímulo ao consumo e aumento da inflação, que ocorreram paralelamente, o governo federal ficou cada vez mais longe de alcançar um crescimento econômico robusto, na casa dos 3,5%, como o esperado inicialmente para este ano. E a elevação da taxa básica de juros, como forma de redução do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), poderá trazer à tona uma figura que tinha deixado de ser motivo de preocupação no Brasil: o aumento da taxa de desemprego.

A estratégia governamental inicialmente era a de estimular o consumo, com redução do IPI de diversos produtos, como veículos, linha branca e móveis, e com uma redução das taxas de juros. Durante um período, a iniciativa levou ao aumento das compras internas, contratação de trabalhadores por parte de setores mais demandados, como comércio e serviços, e, consequentemente, aumento da renda. Dessa forma, o PIB seguiu a mesma tendência e se elevava.

Para se ter uma ideia, a média entre os anos de 2003 e 2012 foi de uma participação de 60% do consumo das famílias no PIB e de 18% do consumo do governo. A Formação Bruta de Capital Fixo, que simboliza os investimentos da parte produtiva, ficou com apenas 17% do total. Para o economista e especialista do Instituto Millenium Vitor Wilher, esses números já mostram uma falha na política econômica que vem sendo adotada pelo governo brasileiro.

Isso porque a variação de medidas adotadas, uma vez que o governo divulgava mudanças econômicas a "conta-gotas", levou a uma insegurança por parte dos empresários brasileiros. Dessa forma, a produção não se elevou na mesma proporção em que o consumo. Prova disso, é

que a indústria obteve resultados negativos ao longo de 2012, enquanto comércio e serviços registraram crescimentos.

Famílias — Porém, o consumo das famílias não permanece com altas expressivas como antes. No primeiro trimestre de 2013, por exemplo, a variável teve uma elevação de apenas 0,1%. A nova realidade é resultante de um endividamento das famílias e, consequentemente, menor disponibilidade de crédito.

Sem a "muleta" do consumo para manter o crescimento e com uma inflação crescente, o governo não teve outra alternativa a não ser o aumento das taxas de juros. "A elevação da Selic foi a primeira demonstração do governo de que a política anterior de juros baixos não estava surtindo os efeitos esperados, sem as mudanças estruturantes necessárias, como investimentos em infraestrutura", afirma Wilher.

O problema é que juros mais elevados levam a aumento das taxas de desemprego. "Elevar os juros é o mesmo que reduzir o nível de atividade econômica para reduzir inflação, o que gera alta do desemprego", afirma o professor e pesquisador do Ibre da Fundação Getúlio Vargas Fernando Holanda Barbosa Filho. Para se ter uma ideia, os dados presentes na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), feita pelo Dieese, mostram que neste ano o nível de desemprego já passou por elevação. A taxa nacional fechou o mês de abril em 11,3% do total de assalariados, enquanto em janeiro era de apenas 10%. Na Grande BH, o indicador passou de 5,6% para 7,1%, o que revelava uma situação de praticamente pleno emprego.

Para o professor de economia do Ibmec Felipe Leroy, a política econômica tem que deixar de estimular o consumo e passar a se basear, por exemplo, na infraestrutura.



Vitor Wilher: números mostram falha na política econômica que vem sendo adotada pelo governo

Planalto quer atacar inflação e atrair inversões

Brasília — De olho nas eleições presidenciais, o Palácio do Planalto quer que a equipe econômica trabalhe agora com foco em 2014. No dia seguinte à divulgação do Pibinho de 0,6% no primeiro trimestre e à alta dos juros anunciada pelo Banco Central para segurar a inflação, a ideia é que a presidente Dilma Rousseff consiga mostrar no próximo ano um cenário com cada vez menos chances de se concretizar neste: crescimento elevado e inflação baixa. Isso embora as últimas previsões da Fazenda tenham sido sempre mais otimistas que a realidade, o que amplia a desconfiança com a economia.

Segundo técnicos do

governo, os índices de preços precisam não apenas desacelerar, mas deixar de ficar tão perto do teto da meta anual, que é de 6,5%. Isso porque, quando a inflação se acomoda num patamar elevado, o governo tem pouca margem para administrar eventuais choques externos. Foi por isso que o BC optou pelo remédio mais amargo e elevou a taxa de juros em 0,5 ponto percentual, para 8% ao ano. Em entrevista ao "Jornal Nacional", na quarta-feira passada, o presidente do BC, Alexandre Tombini, disse que a alta dos juros vai trazer a inflação para um patamar mais baixo neste ano e em 2014.

"Este remédio, os juros

mais altos, vai trazer a inflação para baixo e reforça a confiança nos pilares e nos fundamentos da economia brasileira. A confiança faz bem para o PIB. Então, estamos trabalhando e ajudando a consolidar esse processo de recuperação gradual da economia brasileira", afirmou Tombini.

O próprio BC admitiu em seu primeiro relatório de inflação deste ano que o IPCA, índice oficial do país, ficará acima do centro da meta (4,5%) durante todo o mandato de Dilma. A autoridade monetária afirmou que o índice deve fechar 2013 em 5,7% e 2014, em 5,3%. Mas a resistência da inflação vem

preocupando cada vez mais, apesar da perspectiva positiva com a entrada da safra no mercado, o que desacelera os preços de alimentos.

Concessão — Já o crescimento de 2013 está praticamente dado e não deve superar 3%, especialmente após o fraco resultado do primeiro trimestre. Por isso, a ordem do Planalto é trabalhar para tirar logo do papel os programas de concessão e, com isso, acelerar investimentos que aparecerão no PIB a partir de 2014. A nova estratégia já apareceu na fala do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que disse que os investimentos devem ser o carro-chefe da economia.

Há confiança do Executivo de que, assim que os programas de concessões tiverem suas primeiras outorgas pagas e seus investimentos iniciados, a economia vai reagir. Além de rodovias e ferrovias, nos últimos dias, o governo prometeu leiloar em outubro a gigantesca área de Libra, no pré-sal, e elevou a exigência de outorgas para os aeroportos de Confins e Galeão, em comparação com os anteriores. Se o investimento, de fato, demorar a surgir, pelo menos as outorgas serviriam para aquecer a economia.

Outras medidas na mesma linha são o lançamento de um Plano Safra com volume recorde na próxima semana, com juro abaixo da inflação, e o envio do novo Código de Mineração ao Congresso nas próximas semanas, que também atrairá investimentos em outorgas com leilões de áreas. Há ainda a criação do Programa de Investimentos em Logística (PIL) para hidrovias até o fim do ano. (AG)

Agenda de desonerações será mantida

Rio — A equipe econômica do governo também vai manter a agenda de desonerações, embora saiba que essas medidas têm poder limitado para reanimar o PIB. Nessa linha, foi publicada no "Diário Oficial" medida provisória retirando o PIS/Cofins que incide sobre tarifas de transporte coletivo urbano. A previsão é que a medida custe R\$ 1,2 bilhão aos cofres públicos este ano e deve ajudar a segurar os preços.

Técnicos do governo admitem que a estratégia de buscar crescimento via investimentos, na verdade, mostra uma preocupação em não pressionar os preços com novos estímulos ao consumo.

Mesmo assim, a Fazenda já estuda prorrogar a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para móveis e artigos da linha branca, que também termina no fim de maio.

Os técnicos admitem que as desonerações para o consumo, que tanto ajudaram em 2008, já não servem mais hoje. Os brasileiros estão mais endividados e o crédito e os salários crescem menos. Por isso, o gasto das famílias avançou só 0,1% no primeiro trimestre de 2013.

O desemprego do primeiro trimestre desanimou o governo e pegou de surpresa a equipe econômica, novamente, e até grandes bancos e analistas. A frustração das metas do governo, porém, tem sido a regra no governo Dilma.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega projeta taxas de crescimento e investimentos muito maiores que a realidade e inflação menor que o IPCA. Especialistas alertam que o excesso de otimismo oficial atrapalha de fato os investimentos e torna a confiança

do empresário mais ardua e insegura.

Previsões — As previsões de Mantega a cada início de ano são muito discrepantes do que é registrado depois. Em janeiro de 2011, no início do governo, o ministro foi à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e apresentou suas projeções: PIB com alta de 5% no ano, 5,5% em 2012 e 6,5% em 2013 e 2014, com média do governo de expansão anual de 5,9%.

O IBGE daquele ano registrou avanço de 2,7% da economia. Em março de 2012, Mantega indicava que o PIB subiria 4,5% no ano, 5,5% em 2013 e 6% em 2014. O resultado foi 0,9%. Para este ano, ele fala em alta de 3,5%, enquanto muitos analistas esperam PIB mais próximo de 2%. E a média oficial dos dois primeiros anos de Dilma está em 1,8%. (AG)

CONCORRÊNCIA CHINESA

Abit pede mais proteção para têxteis

Entidade agendou encontro com a Frente Parlamentar da Indústria Têxtil

LEONARDO FRANCA

A indústria têxtil e de confecção nacional é uma das mais importantes do setor no que diz respeito à geração de empregos e gastos com pessoal, mas ainda é prejudicada pela concorrência predatória dos produtos importados, especialmente da Ásia. E este será o principal assunto que será discutido em reunião entre a Frente Parlamentar da Indústria Têxtil e de Confecção e deputados e senadores no dia 19 deste mês, durante café da manhã, na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF).

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Aginaldo Diniz Filho, que coordenará o encontro, explica que a reunião é inédita e será a primeira a ser realizada dentro

da Câmara. Segundo ele, 220 deputados e 36 senadores devem participar do evento.

"O objetivo é mostrar ao parlamentares que a indústria têxtil e de confecção assim como o parque industrial como um todo não podem ser descartados. Queremos mostrar isso dentro da Câmara, destacando a concorrência predatória e desleal que sofremos com a importação", afirma.

"Não somos contra a importação, mas contra a ingenuidade do Executivo permitir que produtos subsidiados, principalmente da Ásia, entrem no país da forma como acontece. A indústria têxtil é competitiva dentro da fábrica. Eu queria ver se uma fábrica da China fosse instalada ao lado da Cedro (Companhia de Fiação e Tecidos) da Cachoeira, por exemplo. Neste caso, nós ganharíamos a

concorrência", completa.

Aginaldo Diniz, que, na sexta-feira, se encontrou com o vice-presidente dos Estados Unidos, Joseph Biden, no Itamaraty, em Brasília (DF), revelou que após o encontro da Câmara dos Deputados, a Abit deve se reunir com o vice-presidente do Brasil, Michel Temer, e ainda na Confederação Nacional da Indústria (CNI) para discutir o mesmo assunto.

Salários — Segundo ele, os segmentos têxtil e de confecções gastam aproximadamente R\$ 14 bilhões anualmente com o pagamento de salários, fatura cerca de US\$ 60 bilhões por ano, investe algo próximo de US\$ 2,2 bilhões a cada exercício e gera 1,7 milhões de empregos.

E, conforme já divulgado, a previsão da Abit é que a pro-

dução da indústria têxtil e de confecção cresça cerca de 2% neste ano. Já em relação ao varejo, a perspectiva é ainda mais positiva e aponta para um incremento de 4%.

Algumas conquistas feitas ao longo de 2012, especialmente a desoneração da folha de pagamento, benefício cujo setor foi o primeiro a ser contemplado, a uniformização da tributação de importações, o que acabou com a "guerra dos portos", e a redução dos custos de energia elétrica, colaboram para as projeções otimistas do resultado de 2013.

Durante o ano passado, o esforço da Abit junto ao governo federal também resultou em outros benefícios para o setor, como a ampliação da margem de preferência de produtos nacionais nas compras governamentais de 8% para 20%.

A Empresa MARIA ELIZABETH REIS PESHOP, por determinação da Secretaria Adjunta de Meio Ambiente de Betim - SEAMEIA, torna público que solicitou através do Processo Administrativo nº. 2533/13. Licença Ambiental Simplificada, para as atividades de Alojamento, Higiene e Embellezamento de Animais Domésticos, localizada na Rua Insper Jarne Caldeira, nº 306, Brasília - Betim/MG.

ABANDONO DE EMPREGO
"A empresa Aliança Alternativa Promoções e Publicidade Ltda., convoca Sra. Cláudene dos Passos Ferreira, a comparecer à sede da empresa para fins de homologação de rescisão contratual por justa causa, tendo em vista sua ausência injustificada desde 25 de abril de 2013."

EDIFÍCIO DE LEILÃO
Gustavo Costa Aguiar Oliveira, Leiloeiro Oficial, Mat. JUCEMG nº 507, devidamente autorizado pelo credor fiduciário abaixo qualificado, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.961/72 levarei a LEILÃO PÚBLICO o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições: **IMÓVEL**, Apartamento nº 203 do bloco "A" do "Residencial Esmeralda Ayr de Souseira", na Rua Cercadinho, nºs 465 e 475, com área de 93,40m², sendo 61,56m² de área privativa e 31,84m² de área de uso comum de divisão proporcional, com direito ao uso do estacionamento e nas áreas de uso comum na proporção de sua fração ideal, e seu terreno, fração ideal de 0,04208 das lotes nºs 1, 3 e 4 do quarteirão nº10, da Vila Atlântida com as áreas literais e confrontações constantes da planta cadastral respectiva. Imóvel devidamente matriculado sob o nº 46.729, junto ao 7º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: 11/06/2013 às 10:00:00 AM horas e o 2º Leilão (caso seja necessário) será realizado no dia 18/06/2013 às 10:00:00 AM horas. **LICITAÇÃO**: Lote nº 42. Shopping Sul, localizado à Av. Nossa Senhora da Carmo, nº 1650, 7º andar, Bairro Carmo - Belo Horizonte/MG. **DEVEDOR(A) FIDUCIANTE**: Regina Célia Maria de Jesus, CPF: CNPJ nº 763.542.106-01. **CREADOR FIDUCIÁRIO**: Banco Interamericano S.A. CPF/CNPJ: 00.416.968-0001/01. **DO PAGAMENTO**: No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito em nome do TED, na conta indicada pelo leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será devolvido pelo arrematante. **DIAS VALORES**: 1º Leilão: R\$185.001,29 (cento e oitenta e cinco mil cento e um reais e trinta e dois centavos). 2º Leilão: R\$ 47.933,52 (quarenta e sete mil novecentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos), calculados na forma do art. 27 §§ 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados na presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILÃO**: Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão. **OBSERVAÇÕES**: As despesas relativas a impostos e taxas correm por conta do arrematante. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel. Maiores informações: (31) 32414104 - www.gpiciloes.com.br. Belo Horizonte/MG, 28 de maio de 2013. Gustavo Costa Aguiar Oliveira - Leiloeiro Oficial - JUCEMG nº 507.